

VIOLÊNCIA ESCOLAR EM QUESTÃO: O QUE VIOLENTA OS CORPOS?

RAFAEL MARRERO BRIGNOL; CARLA GONÇALVES RODRIGUES²

¹ PPGE/UFPEL – rafabrig@yahoo.com.br

² Prof^a FAE, PPGE/UFPEL – cgrm@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho traz para discussão a temática da violência escolar, a partir de uma pesquisa que está sendo realizada em uma escola pública localizada numa cidade no interior do Rio Grande do Sul. O objetivo da investigação é acompanhar os processos de subjetivação que envolvem as violências no âmbito escolar. Desse modo, esse resumo faz um recorte do trabalho em andamento, que visa compreender algumas condições em que emergem os atos agressivos, considerando sua ocorrência principalmente nas relações de autoridade e práticas de exclusão de alunos, além de problematizar o conceito de violência.

Na composição deste estudo, buscaram-se referências em FOUCAULT (1995; 1997; 2009) para pensar as relações de saber e poder que permeiam a escola, assim como o sistema disciplinar. Com isso, objetiva-se discutir as violências naturalizadas na escola, tendo em vista as práticas e discursos de verdade produzidos, sem recair em uma perspectiva generalizante acerca das caracterizações que marcam o ato violento.

Problematiza-se o conceito de violência. O que se entende por ação violenta? De acordo com ZIZEK (2014) há uma violência subjetiva e outra objetiva. A primeira diz respeito às ações visíveis que atentam contra a paz, traduzidas em agressões físicas, psicológicas em práticas que tem o intuito de impor e subjugar o outro de alguma forma. Já a segunda trata de uma violência constituída com as ditas “boas ações”, pelo sistema de controle social, em que são criados e reforçados atos de segregação. Deslocadas para o âmbito escolar, as manifestações que atentam contra a ordem podem ser vistas nas agressões envolvendo alunos, no primeiro caso, ao infringir as regras da escola. Enquanto, no último caso, abrange desde práticas autoritárias, até os modos de exclusão e segregação em prol do “bem comum”, situando-se junto ao disciplinamento dos corpos.

Para a referida pesquisa realizou-se levantamento bibliográfico em bases de dados relativas à publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet. Com isso chegou-se a três violências envolvendo: alunos; professor e aluno; modos de exclusão na escola. Neste recorte específico, opta-se pelos dois últimos porque problematizam as compreensões usuais acerca das ações violentas, na medida em que ambas encontram como justificativa o fato de prezar pelo bom funcionamento da escola. São práticas autoritárias por parte dos professores (CHARLOT, 2002), além dos modos de exclusão existentes na escola (GUIMARÃES, 2005). Na investigação de campo, pode-se perceber essas manifestações por seu nível de invisibilidade ou naturalidade, por serem consideradas com algo admissível dentro da dinâmica escolar. Assim, enquanto a violência visível fica a cargo dos alunos, a partir dos seus comportamentos agressivos que ferem a ordem e a paz, as ações aqui destacadas são vistas por sua legitimidade e pouca dizibilidade.

Ao final, entende-se que a violência pode insurgir na produção de sujeitos, nos modos de constituição das subjetividades. PIGNATELLI (1997) destaca a existência de formas de sujeição, contendo certa violência, presentes no discurso, no ato de dizer a verdade, que possui efeito direto na constituição de identidades

de professores e, principalmente, dos alunos. Isso ocorre com o processo de fabricação de indivíduos, que não denota imagens de agressão comuns, mas um movimento de constituição do outro, a ponto deste relegar suas crenças anteriores para adquirir certa consciência de si, de acordo com as normas e regras que deve se enquadrar.

2. METODOLOGIA

Na primeira etapa da pesquisa realizou-se uma investigação de cunho bibliográfica. Acessou-se a base de dados do *Scielo* (Scientific Electronic Library Online), em um período de dez anos (2004 a 2014), contendo as palavras-chave “violência-escolar”. Vinte artigos foram encontrados, escritos em língua portuguesa, com discussões atuais sobre o assunto. A partir do levantamento de dados houve o acesso a trabalhos que abordam as violências nas múltiplas relações vividas na escola como na relação professor e aluno em GALVÃO et al (2010). Em outro ponto foram vistas as agressões dos alunos entre si como no trabalho de FREIRE E AIRES (2012). Esses estudos conduziram as práticas menos visíveis referidas por CHARLOT (2002) e GUIMARÃES (2005), ao tratarem das violências exercidas pelas práticas autoritárias e modos de exclusão na escola, ponderando os efeitos dos discursos e as relações de poder (FOUCAULT, 1995; 1997; 2009).

Na segunda etapa, a pesquisa passa a desenvolver-se em direção ao acesso à experiência dos sujeitos, considerando a implicação do pesquisador como alguém que se produz e modifica-se ao longo do trajeto investigativo. Compreende-se que o ato de pesquisar incide diretamente sobre o campo. Essa tomada de posição recusa pretensões de objetividade e neutralidade científica, de modo que o pesquisador e o objeto estão em coemergência em um mesmo plano (PASSOS; BARROS, 2009).

A pesquisa, realizada no campo empírico, durante o período de três meses, propõe o diálogo sobre a violência escolar com professores, além da constituição de um grupo focal com alunos para discutir a temática, a partir do grupo-dispositivo (BARROS, 2009). Assim, com a investigação, pretende-se imergir em uma realidade processual, que está em constante produção, da qual o sujeito e objeto são inseparáveis. Nesta perspectiva, busca-se acompanhar os modos de subjetivação em curso, que envolvem os corpos violentos e violentados, assim como o que escapa da dicotomia entre agressor e vítima, em outros modos de existir em meio à violência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa de campo, a partir diálogos feitos com alunos e professores, pode-se problematizar o conceito de violência, de modo a perceber os diferentes tipos de violências. Nos encontros, realizados no grupo focal, evidenciou-se que as ações consideradas mais graves são referentes às brigas, insultos, preconceitos dentre outros atos em que os alunos ferem de alguma forma o outro. Já as violências, por parte das figuras de autoridade, apresentam-se como um tema de difícil acesso. Esse último manifesta-se de forma mais sutil, por estar imersa nas rotinas institucionais, nas advertências e classificações dos alunos vistos como problemáticos, assim como no modo de tratamento dispensado ao estudante.

As violências abordadas aqui focam justamente em práticas que, muitas vezes, são desconsideradas como agressão pelos atores escolares, já que tratam

das relações vistas como legítimas, que envolvem atos e discursos. A primeira destacada é a violência entre professor e aluno, focando nas coerções, agressões verbais e humilhações que CHARLOT (2002) conceitua como ‘violências da escola ou institucional’. Neste tipo de manifestação ocorre o abuso da autoridade, em que o professor, utilizando da hierarquia, chega ao autoritarismo, de modo a sujeitar o aluno a constrangimentos ou humilhações que, grande parte das vezes, passam despercebidos na escola. Isso acontece na medida em que o professor está na posição de comando sobre o aluno, tendo que manter a ordem da sala de aula, frente a casos de indisciplina, bem como qualquer conduta inapropriada que atente contra as regras escolares.

A segunda violência destacada é chamada de ‘violência dos poderes instituídos’, compreendida por GUIMARÃES (2005) como práticas totalitárias que tendem a anular as diferenças e tratar os alunos como um todo homogêneo, de modo a produzir formas de exclusão aos que resistem a enquadrar-se dentro dos critérios de normalidade estabelecidos. Nesse sentido, elencam-se os alunos problemáticos, como figuras a serem corrigidos, que são produzidos em meio aos procedimentos disciplinares de advertência, punição e vigilância e, principalmente, pelos discursos que são apoiados pelas relações de poder. Esse indivíduo problemático torna-se alvo de estratégias de correção em que, muitas vezes, um especialista é convocado para caracterizá-lo como uma personalidade desviante.

Essas duas formas de violência encontram-se em meio às relações de poder. A primeira acontece por meio da imposição vertical, na medida em que a autoridade do professor pretende o governo do outro que, ao conduzir as ações dos alunos, acaba utilizando-se de práticas arbitrárias e autoritárias. Nesse sentido, embora o poder seja diferente da ação violenta (FOUCAULT, 1995), ambos acabam por não se excluírem, mas estarem diretamente associados. Já a segunda forma, produz-se nas práticas de exclusão e significações criadas em torno dos alunos, que são estereotipados como problemáticos em regimes de verdade criados pela escola juntamente aos discursos científicos.

Nos dois casos, de acordo com ZIZEK (2014), ocorreriam violências objetivas, na medida em que se baseiam em um suposto fazer o “bem”, pois são manifestações que ocorrem na manutenção da ordem escolar. Para tanto, os inimigos são eleitos, sendo considerados como o “outro” irracional que necessita ser contido ou corrigido por meios legítimos de ação. Com essa compreensão, entende-se que os professores e a escola utilizam seus instrumentos disciplinares para ordenar e classificar, de modo a tornar os indivíduos mais produtivos, dóceis e úteis (FOUCAULT, 1997). Este processo implica em ações e discursos que, em meio às relações de poder, podem vir a violentar, segregar, humilhar com o autoritarismo, assim como produzir identidades com as práticas de exclusão.

Nesse último ponto não se pensa tanto em termos de agressão, dominação e repressão, mas de delimitação dos modos de existir. Dessa forma, PIGNATELLI (1997) coloca os mecanismos para transmissão do conhecimento por uma autoridade contendo certa violência, pois se constituem em formas de sujeição, mascaradas por alegações de favorecimento de um dito progresso intelectual. Na concepção do autor, trata-se da produção de subjetividades, que ocorrem através das vias discursivas, na constituição de sujeitos, quando os alunos são designados, pelos efeitos do discurso, em identidades estabelecidas. Isso ocorre no que chama de agência docente, que consiste nas formas do professor em conduzir o aluno e a si mesmo. Nesse caso, estando imerso nas práticas disciplinares e tecnocráticas, o docente pode chegar ao autoritarismo, assim como classificar os “problemáticos” ou “violentos”.

4. CONCLUSÕES

A partir dessas discussões considera-se que o conceito de violência pode assumir diferentes perspectivas, que ultrapassam ações mais visíveis, tais como as agressões físicas e simbólicas envolvendo os alunos. Dentre as manifestações vistas como “naturais” estão às práticas autoritárias dos professores, assim como as formações identitárias que constituem os sujeitos. Entende-se que os efeitos do poder e dos discursos são eminentemente produtivos, de modo que FOUCAULT (2009) discorre sobre sua positividade quando afirma a função no governo dos homens. No entanto, tais efeitos podem ser vistos como nocivos, na medida em que designam ou definem determinados alunos em identidades como a do ‘aluno problema’, criando, a partir das vias discursivas, os ‘marginais’. Isso não quer dizer que a escola e o professor caracterizam-se como os agressores, mas sim que as “boas ações” também ferem e excluem, mesmo que de formas mais sutis e pouco perceptíveis. Desse modo, é possível problematizar o que violenta os corpos? Até que ponto as ações e discursos que inviabilizam outros modos de existir, enquadrando os estudantes em moldes previamente estabelecidos, não seriam tão cruéis quanto à rigidez do autoritarismo ou a brutalidade das agressões por parte dos alunos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Porto Alegre: Sulina/Editora UFRGS, 2009.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul/dez, 2002.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- _____. O sujeito e o poder: In: RANINOW, P; DREYFUS, H. **Foucault uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- FREIRE, A; AIRES, J. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e enfrentamento do bullying. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 55-60, jan/jun, 2012.
- GALVÃO, A; GOMES, C; CAPANEMA, C; CALIMAN, G; CAMARA, J. Violências escolares: implicações para a gestão e o currículo. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v.18, n. 68, p. 425-442, 2010.
- GUIMARÃES, A. **A dinâmica da violência escolar conflito e ambiguidade**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005.
- PASSOS, E. BARROS, R. A cartografia como método de cartografia pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método cartográfico pesquisa-intervenção**. Porto Alegre: Sulina, 2012. Cap.1, p. 17-31.
- ZIZEK, S. **Violência seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- PIGNATELLI, F. Que posso Fazer? Foucault e a questão da liberdade e da agência docente. In: **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. SILVA, T.T org. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.